



ARTIGO



Um estudo sobre a Associação de mulheres AMAFPA, no município de Terra Nova do Norte/MT.

Desafios das mulheres

Ana Claudia Taube Matiello, *Universidade do Estado do Mato Grosso*

Resumo. O presente artigo tem como principal objetivo apresentar um estudo sobre a Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia – AMAFPA e a importância das mulheres do campo no seu local de vivência e bem como do acesso à educação. Essa associação encontra-se na antiga sede da Escola Municipal São Pedro, na área rural do Município de Terra Nova do Norte-MT. As associadas possuem como principal fonte de renda o extrativismo do Pequi da Amazônia e a comercialização do mesmo. A educação entra neste artigo porque a maioria dessas mulheres não possuem nem o ensino médio completo, demonstrando que para as mulheres do campo a educação ainda é negligenciada, seja por questões familiares, como por políticas públicas, além da violência familiar, muito presente nas áreas rurais. A estrutura metodológica deste trabalho está pautada em análises bibliográficas e atividade empírica com observação participante, etapas essenciais que possibilitam alcançar os resultados esperados da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Educação do campo. Associação.

Introdução

O artigo está estruturado em três seções, sendo que, na primeira, busca-se conceituar a categoria de análise geográfica “lugar”. Na segunda, analisam-se os desafios da educação para as mulheres no campo. Na terceira, comentamos sobre o perfil das associadas e as dificuldades enfrentadas, através da observação participante.

Os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração desse artigo foram o levantamento bibliográfico e o trabalho empírico. A primeira etapa foi a revisão de obras pertinente à temática. E para a pesquisa empírica, a observação participante, no qual Minayo (2009) considera parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa - um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica.

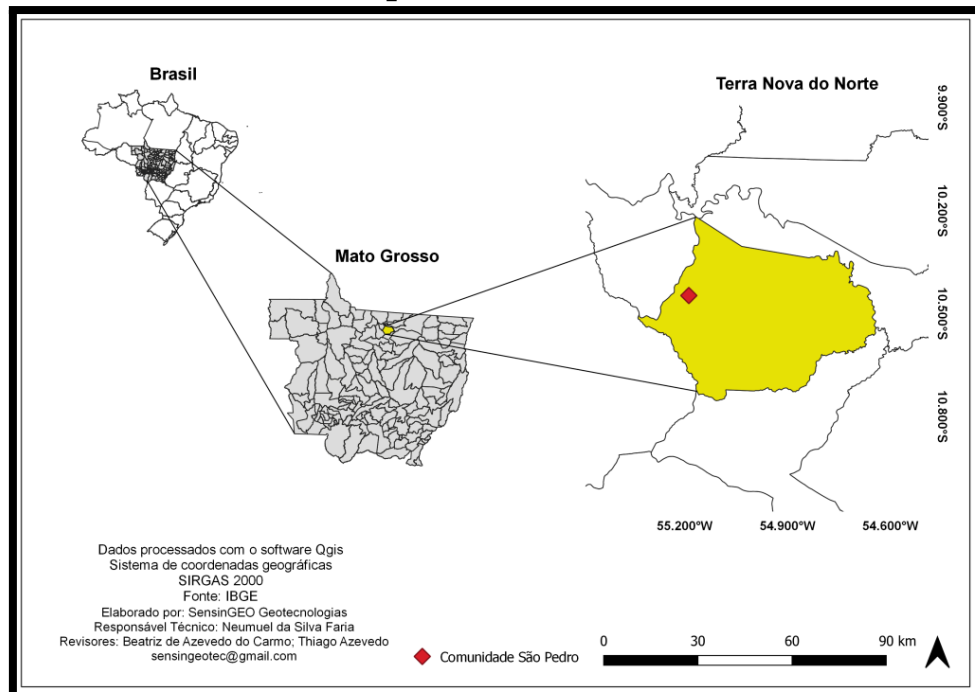
Com a observação participante, espera-se chegar a um resultado sobre os desafios que suleiam a pesquisa empírica, e encontram-se em desenvolvimento. Sendo assim, futuras etapas da investigação a campo serão desenvolvidas conforme cronograma previsto da pesquisa. Começaremos, apresentando a Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia (AMAFPA) e suas especificidades.

A AMAFPA está inserida no Município de Terra Nova do Norte - MT, na comunidade conhecida como São Pedro ou Mané Barriga. Essa associação é formada somente por mulheres do campo, em um total de 11 (onze) associadas ativas. Trataremos de compreender o funcionamento e a importância da associação para a agricultura familiar.

A comunidade São Pedro está localizada na área rural de Terra Nova do Norte/MT, a cerca de 30 km de distância do município, seguindo pela BR MT 208 que liga Terra Nova do Norte ao município vizinho de Nova Guarita. Na comunidade, a AMAFPA se localiza na antiga estrutura da Escola Municipal São Pedro, na avenida principal. A Figura 01 apresenta a localização da Comunidade São Pedro, no município:



Figura 01 - Mapa de localização da Comunidade São Pedro no município de Terra Nova do Norte-MT



Fonte: Organizado pela autora e elaborado por Sensigeo (2022)

A Associação está instalada na antiga sede da Escola Municipal São Pedro, Figura 02, que foi fechada no ano de 2010. A escola fechou mediante a alegação de falta de alunos para preencher as vagas necessárias e pela infraestrutura estar em péssimas condições de utilização. As associadas aproveitaram a oportunidade e ganharam o direito de utilizar o espaço pelo processo de “Cessão de Uso 10” (a cada 10 anos é renovado o contrato com o Município). No entanto, é importante salientar que as associadas conseguiram este local em meio a um cenário triste. Não é uma situação animadora uma escola do campo fechar suas portas em circunstância alguma. Muitos moradores da comunidade dependiam do trabalho na escola para sobreviver, mas as maiores prejudicadas foram as crianças e jovens, que agora se deslocam cerca de 20 km para estudar em outra comunidade.

Rodrigues (2017) comenta sobre esse assunto, que hoje ainda é visto como um problema de inúmeras comunidades, tendo entre tantos motivos a falta de estrutura escolar, professores qualificados, gestão municipal, que deixam de investir em profissionais adequados, preferindo gastar em transporte para levar os estudantes para outras localidades, gerando a nucleação.

Figura 02 - Instalações da antiga Escola Municipal São Pedro (atual AMAFPA)



Fonte própria (2022)

Bremm (2017, p.18) traz o seguinte relato sobre a nucleação das escolas rurais:

Na maioria dos casos o argumento principal em defesa da nucleação girava em torno da melhoria da educação oferecida às crianças do meio rural e devido ao insuficiente número de alunos para a manutenção das classes escolares. No entanto, a bibliografia também evidencia objetivos como a racionalização dos custos do poder público, a descentralização dos deveres educacionais do Estado e a educação, privilegiando a formação para o trabalho urbano, ocasionando o desenraizamento dos sujeitos rurais.

Isso mostra o descaso das políticas públicas com os povos do campo, que não dão importância às suas realidades, expondo-os a situações de risco. Em uma das observações participantes, após o almoço, questionei as crianças, uma vez que elas sempre estão na Associação, sendo cuidadas pelas suas mães. Uma associada disse-me que elas só chegariam por volta das 13 (treze) horas da escola, já que a viagem era longa até em casa. Quando elas chegaram, uma delas se aproximou de mim e disse: "*Tia, que difícil é estudar viu!! Estou*



morrendo de fome" (Informação Verbal¹). Isso me tocou profundamente. Era nítido o cansaço, entre as crianças de 4 e 10 anos, saindo de casa de madrugada e retornando naquele horário, logo correram com seus pratos para se alimentarem, em todo momento reclamando do cansaço, se entregando a uma soneca.

Além dessa dificuldade relatada pelos alunos, a Associação surgiu através dessa realidade do fechamento da escola, como é relatado em uma entrevista com a presidente 1:

Ideia da dona I..., de uma família em necessidade, amiga nossa. Ela ficaria desempregada porque a escola fechou as portas. Ela era faxineira, mãe solteira, sem saber o que ia fazer da vida, não tinha nada para fazer aqui na comunidade, nenhuma diária. Ela não tinha condições de ir para a cidade trabalhar e nem alugar um lugar para ela. Aí surgiu a associação. Desta necessidade (Informação Verbal²).

A associada trabalhava como faxineira na instituição de ensino, conforme relatado na entrevista acima. Quando recebeu o aviso de demissão, desesperada, mãe solteira e sem nenhuma perspectiva de emprego, reuniu-se com uma líder da comunidade. Essa reunião foi marcada com todas as mulheres, chegando-se à conclusão que naquele momento o melhor a se fazer era trabalhar com a produção de pães, bolachas e cucas, o trabalho com o pequi viria posteriormente.

Um dos primeiros projetos começou na comunidade, da organização sem fins lucrativos Instituto Ouro Verde, com o projeto denominado "Sementes do Portal". Em 2010, os moradores interessados no projeto receberam mudas de pequi da Amazônia, para serem plantadas, principalmente, nas APP - (Áreas de Preservação Permanente) em degradação, com o uso de uma planta nativa, que, posteriormente, forneceria frutos à comunidade e renda, se possível. Muitos moradores se interessaram e fizeram o plantio. Janete Mantovani, primeira presidente e fundadora da Associação, percebeu o interesse dos moradores e iniciou o projeto de colheita e processamento do Pequi na comunidade, com o apoio da associação recém-criada.

O Instituto Ouro Verde se localiza no município de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso. É uma organização sem fins lucrativos que conta com o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Sustentável (BNDES) e do Fundo do Portal da Amazônia. O Boletim

¹ Filho de umas das associadas da AMAFPA, Terra Nova do Norte.

² Entrevista aplicada com a presidente 1 na AMAFPA, Terra Nova do Norte, 03-04-2023.

(2011) informa que o Instituto Ouro Verde iniciou seus projetos em março de 2010 com o projeto “Sementes do Portal”. Esse projeto conta com o apoio do Fundo do Portal da Amazônia, no valor de 5,4 milhões, tendo o prazo de 36 meses para a sua execução. A área de abrangência do projeto é composta por sete municípios, no extremo norte do Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo e Matupá.

O projeto teve como objetivos promover a recuperação de 1.200 hectares de áreas degradadas e o regaste da agricultura familiar em seis municípios, através da difusão de sistemas agroflorestais, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. O projeto é financiado pelo BNDES³, através de um roteiro prévio do que será realizado, comunidades específicas serão escolhidas em cada município para a implantação.

Foi através do projeto “Sementes do Portal” que a AMAFPA encontrou uma oportunidade de empreender o pequi plantado pelos moradores da sua comunidade. Porém, o pequi leva um tempo de produção. Segundo a Embrapa (2000), a produção do pequi inicia-se a partir do quarto ano após o plantio e ocorre de agosto a outubro. A produtividade de um pequizeiro adulto, em condições naturais, varia de 500 a 2000 frutos por planta/ano e equivale a 5 a 20 caixas por planta. Assim, as associadas não poderiam contar de início com a produção do pequi para seu sustento naquele momento acima mencionado. Após reuniões, decidiram iniciar com a produção de pães e bolachas. Quando os pequizeiros estivessem prontos para produzir, o projeto se iniciaria.

Essa importante produção realizada pela Associação, a colheita do fruto conhecido como pequi ou piqui, de nome científico *Caryocar brasiliense camb*, origina-se do Tupi “pysqui”, em que as palavras significam pys: casca e qui: espinho, também conhecido popularmente como pequizeiro, encontrado principalmente no Cerrado. Porém, existem variadas espécies de pequi espalhados pelas regiões do Brasil, como no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, cada uma possuindo características diferentes, no seu tamanho, sabor e coloração (Almeida; Silva, 1994).

O pequi, um fruto típico do Cerrado, conforme Santos (2015), é muito apreciado na sua área de ocorrência natural, sendo quase unânime no Centro-Oeste. O seu consumo já era hábito das populações indígenas

³ O BNDES é uma empresa pública federal, cujo principal objetivo é o financiamento de longo prazo, tendo como missão o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira em regiões desfavorecidas.

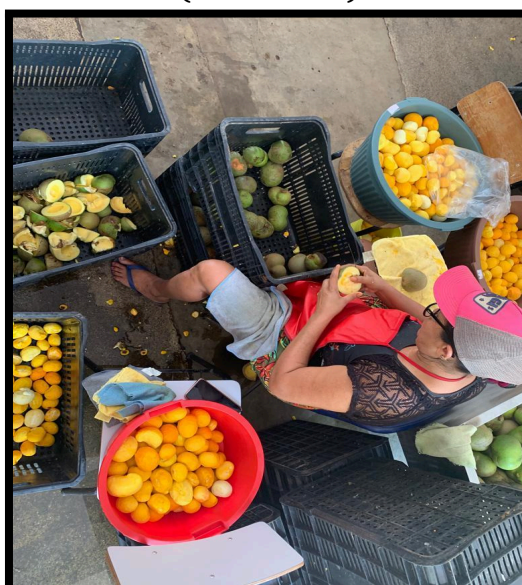


muito antes dos bandeirantes adentrarem em seus territórios. Como alimento, é bastante consumido, sendo considerado a “carne dos sertanejos”, podendo ser cozido inteiro ou sozinho, no arroz, no frango, utilizando a polpa e a semente para outras preparações de alimentos, bebidas adocicadas, óleos e condimentos.

O extrativismo desse fruto é realizado pela Associação no período de agosto a outubro, dependendo da safra até final de dezembro, quando o fruto está pronto para ser colhido. Além disso, a exploração do fruto ainda é de forma extrativista e há poucas iniciativas de comercialização. Observa-se isso na AMAFPA, onde os produtores vendem o fruto colhido em suas propriedades e são levados à Associação, preparado para venda de forma rudimentar (na abertura do fruto) pelas mulheres sem muito incentivo.

Na Figura 03, demonstramos como é realizada a abertura do pequi para a extração da polpa (caroço). Essa foto foi tirada no mês de outubro, período em que os trabalhos de colheita e preparo para a venda do pequi está em alta, pois é o mês que mais o fruto cai do pequizeiro, sendo colhido pelos produtores e entregue às associadas para a abertura, seleção, higienização e embalagem. Já o pagamento aos produtores, é realizado por quilos de pequi abertos e aproveitáveis.

Figura 03: Processo de extração manual do pequi na Associação (AMAFPA)



Fonte própria (2022)

Na Figura 04, é possível notarmos o pequi da Amazônia, que é colhido principalmente pelos produtores da comunidade São Pedro para a AMAFPA. No entanto, ele não é o único comercializado pela Associação. Contudo, torna-se o mais procurado pelos compradores, devido ao seu tamanho e sabor diferenciados, tratando-se de um produto com maior poder de venda do que o pequi conhecido como do Cerrado. O pequi do Cerrado, de tamanho menor, tem o sabor mais acentuado em relação ao pequi da Amazônia, que é mais saboroso, possuindo muito mais polpa, além de não ser produzido em qualquer local.

Figura 04: Pequi da Amazônia ou “Pequi Gigante” colhido pelos produtores da comunidade São Pedro



Fonte própria (2022)

É necessário ressaltar, que a associação é composta por 11 mulheres camponesas que residem na comunidade, tendo como objetivo empreender no município, possuindo sua própria fonte de renda e a sua valorização como trabalhadoras do campo. Trabalhando com a venda de pães,ucas e bolachas para o abastecimento das escolas no município, principalmente a Escola Estadual Terra Nova, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O documento Brasil (2014) nos apresenta que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou popularmente conhecido como merenda escolar, sob a Lei n. 11.947 de 2009. Trata-se de um programa que visa a alimentação adequada e saudável aos estudantes das escolas públicas e privadas de todo o país, respeitando a cultura, tradições e os hábitos saudáveis, além do desenvolvimento sustentável,

com incentivos à aquisição de gêneros alimentícios locais, preferencialmente da agricultura familiar.

Esta política pública é gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado por lei pelo Ministério da Educação (MEC), atendendo de forma complementar todos os alunos das escolas da educação básica. Nos últimos anos, o programa teve um aumento expressivo, um pouco mais de 33 milhões em 1995 para mais de 43 milhões em 2013, aumentando o valor do FNDE repassado aos municípios e estados, chegando a 3,5 milhões em 2013. Brasil (2014).

Na Figura 05, apresentamos uma das produções de pães prontos para serem entregues na Escola Estadual Terra Nova (principal consumidora dos produtos) através do PNAE. Cerca de 200 pães foram produzidos neste dia, ocorrendo durante uma observação participante na Associação. Ao observar, percebemos a preocupação em utilizar produtos de origem orgânica como fermento de batatinha, não se tratando de uma produção industrializada e, sim, artesanal.

Figura 05: Produção de pães na Associação (AMAFPA)

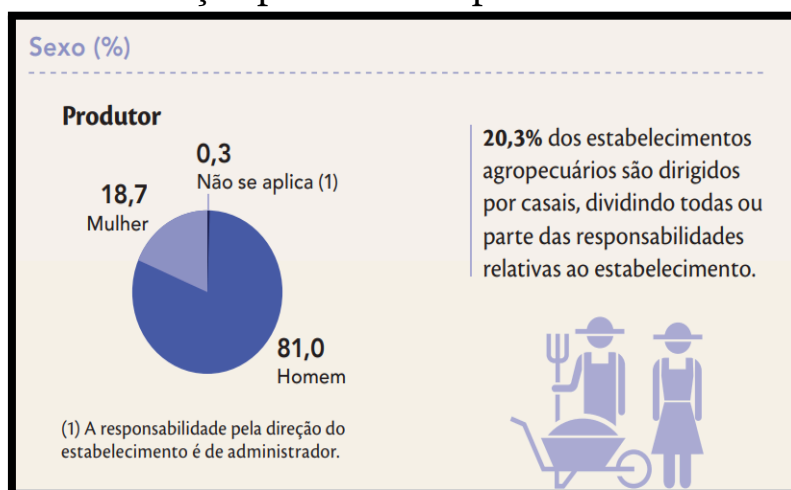


Fonte própria (2022)

Segundo o Censo Agropecuário do ano de 2017, foram identificados cerca de 5.073.324 locais agropecuários no Brasil, deste total, cerca de 19% são gerenciados por mulheres, valor superior ao Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2017).

A Figura 06 trata-se de um gráfico retirado do site do Censo Agropecuário de 2017, onde demonstra distribuição de produtores rurais por sexo no Brasil.

Figura 06 - Imagem do gráfico do site Censo Agropecuário 2017 sobre a distribuição por sexo dos produtores rurais



Fonte: Site Censo Agropecuário (2017)

A Figura 06 mostra como as mulheres do campo estão ganhando seu espaço, apesar de ser um percentual reduzido em relação aos homens. Como Ramos (2014) aponta, é perceptível que as mulheres brasileiras lutam ao longo do tempo para conquistar o seu espaço na sociedade, pelo acesso às políticas públicas, sobretudo as de regiões com maior desigualdade de gênero. São as mulheres rurais que possuem maior carência de infraestrutura, como acesso à água potável, energia, saúde, segurança e educação, o que as torna invisíveis diante do trabalho masculino.

Em uma pergunta para uma das entrevistadas, foi questionado: Qual a maior dificuldade na Associação? A Associada 1 relatou o seguinte:

Em geral, engloba a falta de conhecimento da gestão, falta espaço para as crianças, para poder as mães trabalharem, uma sala apropriada para as crianças. Tendo uma sala fica mais fácil para as mulheres trabalharem... O preconceito que existe e a rixa entre as comunidades e o município, rixa que existe com as mulheres no ramo do negócio. E a questão de capital de giro, né, Claudia. Porque ninguém quer trabalhar. Porque acredita que não vai receber, porque demora, né... Às vezes demora, tem questão de estação, igual nota. Ficamos 60 dias sem receber da escola agrícola, porque eles tiveram problemas com recursos. Ficamos esperando. Ninguém vem



trabalhar sem dinheiro. Falta também formação das meninas, se tivesse formação, todas poderiam ajudar (Informação Verbal⁴).

Dessa forma, percebemos que as dificuldades que a Associação enfrenta são várias, como a infraestrutura do local, sobretudo pela falta de espaço para as crianças. O preconceito e a questão educacional. São problemas que assolam as associadas na busca por melhorias no ramo rural, uma vez que uma escola aparentemente adaptada não é um local ideal para se trabalhar. Além da falta de apoio, tanto comunitário quanto político e familiar. A adaptação da escola ainda é rudimentar. Observa-se o descaso, apesar de muitos recursos surgidos ao longo da criação da Associação.

Para compreendermos este estudo, devemos ter em mente que as associadas são mulheres que possuem um baixo nível de escolarização, a maioria não terminou o Ensino Médio. Dessa forma, analisamos a falta de conhecimento ao lidar com financiamentos e projetos, sobretudo de origem pública. Uma das questões aplicadas na entrevista semiestruturada perguntou qual o nível de escolarização das associadas:

Olha, temos uma que fez curso técnico, uma que fez faculdade de Educação Física. Ensino Médio completo - eu, no caso. E as outras só Ensino Fundamental incompleto - quase todas as mais velhas” (Informação Verbal⁵).

O conceito de lugar: uma análise geográfica

O estudo sobre o lugar passou por várias mudanças ao longo do tempo, pela sucessão das diferentes correntes de pensamento da Geografia. Iniciou-se como uma referência locacional e passou a ser, efetivamente, tratado como categoria de análise essencial da disciplina geográfica a partir do desenvolvimento dos estudos da Geografia Humanista, quando alguns autores desenvolvem uma visão mais profunda e complexa das relações que o sujeito estabelece com o seu lugar a partir de suas vivências do cotidiano.

Segundo Claval (2011), a geografia humana surgiu no fim do século XIX, quando o darwinismo estava em alta. Os pesquisadores Friedrich

⁴ Entrevista aplicada com a presidente 1 na AMAFPA, Terra Nova do Norte, 03-04-2023.

⁵ Entrevista aplicada com a presidente 1 na AMAFPA, Terra Nova do Norte, 03-04-2023.

Ratzel e Vidal de La Blache tiveram grande contribuição no desenvolvimento dessa área de estudo. Porém, ela continuava limitada, trabalhando somente os grupos humanos na modificação do ambiente, como por exemplo, a domesticação dos animais, as técnicas de agricultura, entre outras.

Contudo, o interesse pelo “lugar”, como categoria de análise fundamental da Geografia, só veio a se concretizar, de forma mais significativa, com o advento da corrente humanista e crítica. A partir da década de 1970, os dois movimentos, embora com posturas teóricas metodológicas diferentes, tinham em comum a oposição ao positivismo. Fazem uma crítica aberta à ciência lógica, excessivamente preocupada com o objetivismo, deixando de lado os aspectos sociais, para se fundamentar em conceitos baseados na matemática e estatística (CLAVAL, 2011).

Buscando uma renovação conceitual, teórica e metodológica, a corrente humanista fundamenta-se nas filosofias do significado, principalmente, na fenomenologia e no existencialismo. Prioriza a microescala, propondo uma análise do lugar como mundo das experiências intersubjetivas dos indivíduos. Desse modo, a categoria ascende à condição de peça-chave da Geografia, fundamental para entender os sentimentos espaciais a partir da experiência cotidiana, do simbolismo e do apego pelo lugar.

O “lugar” seria as percepções, a identidade, o pertencimento de ou mais indivíduos num determinado espaço, criando-se laços afetivos e de pertencimento.

Para Tuan (2018, p.5):

O lugar é um centro de significado construído pela experiência. É conhecido não apenas através dos olhos e da mente, mas também através dos modos de experiência mais passivos e diretos, os quais resistem à objetificação. Conhecer o lugar plenamente significa tanto entendê-lo de um modo abstrato quanto conhecê-lo como uma pessoa conhece outra [...].

O “lugar”, no caso desta pesquisa, está no pertencimento da população rural, que aqui é estudada, pois é forte esse elo de pertencimento e identidade com o seu local de vivência. Quem vive no campo, costuma criar vínculos com a terra e modos de vida particulares, que sustentam toda uma história.

O “lugar” é visto por Carlos (2007) de forma hierarquizada gerada pelo modo de produção capitalista. Com isso, a autora se aproxima da



abordagem humanista quando retrata a concepção de lugar articulada à prática cotidiana, que une o local e mundial numa teia de relações que envolvem maneiras de ser, afetos e vivência de cada habitante produtor de sentidos à sua maneira.

Carlos (2007, p. 22) define o lugar como:

Produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido - o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece, porque é o lugar da vida.

O “lugar” simboliza uma rede de relações sociais com significados e sentidos que são adquiridos através da história e da cultura de um povo. As populações do meio rural têm a terra onde moram como seu lugar de vida, com suas práticas do cotidiano, seu jeito de ser e seus afetos, por isso é um espaço importante e com significados.

A educação do campo

A educação do campo teve início no fim do século XIX e, tardiamente, em comparação ao meio urbano. Segundo o IPEA (1990), o desenvolvimento do ensino rural decorreu da necessidade de mão de obra especializada, devido à expansão da monocultura cafeeira e do fim da escravidão. Diante dessa realidade, os grandes agricultores aceitaram a implantação das instituições de ensino nos seus domínios para suprir as suas necessidades no campo.

A educação rural no Brasil, segundo Leite (1996), de certa forma, sempre foi relegada, por motivos socioculturais, com planos inferiores, baseado em um elitismo existente no processo educacional brasileiro pelos jesuítas e a oligarquia agrária, que sempre considerou a população do campo como inferior, sem necessidades de estudos e somente os da cidade como detentores da educação. Somente com o capitalismo e a modernização do campo que houve uma ruptura e necessidade da educação rural.

Para Arroyo (2007), as políticas educativas e públicas foram, em geral, pensadas para o urbano, por isso, acredita-se que são eles os cidadãos de direitos. Há uma ideologia distorcida de que o campo é um lugar de atraso, ao qual a cidade possui a civilização e os direitos, por

este motivo a educação e a saúde têm políticas voltadas, principalmente, para o urbano. O campo é uma extensão da cidade - é como um quintal.

Nesse pensamento, os profissionais não tiveram nenhuma política pública de formação específica, como educadores do campo. Esses profissionais, que são da cidade, vão para as escolas rurais, ensinando seus saberes da educação, com algumas adaptações. As crianças e adolescentes, por conta de políticas de nucleação de escolas, precisam andar horas e horas de ônibus, até chegar ao destino, causando desistências estudantis.

Os movimentos que começaram a revolucionar a educação no campo surgiram através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pois a partir do momento que começaram a lutar pela terra, iniciou-se a luta pela educação de qualidade para o campo. Caldart (2003) comenta que, sobretudo, começaram a cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar por ele. As famílias sem-terra mobilizaram-se por uma educação de qualidade que atenda às necessidades dos povos do campo, com uma pedagogia voltada para o modo de vida rural.

É importante comentar que a educação do campo surgiu através dos movimentos dos camponeses por uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. Este é um dos fatores importantes para se compreender a história da educação do campo. Também nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e a Coordenação Geral de Educação do Campo, que se completam. A educação, que surge na Reforma Agrária e para o desenvolvimento dos assentamentos, torna-se parte essencial no desenvolvimento do campo. (FERNANDES, 2005).

Os povos do campo necessitam de uma educação diferenciada, como comenta Leite (1996, p.15), “[...] pensar a escola rural é pensar no homem rural (...)”, pois o homem do campo possui um contexto diferente da pessoa que vive na cidade, constitui uma ligação com os processos produtivos e com o profissional. Seu modo de vida é voltado para a valorização da terra, sentimento de pertencimento e apego com o seu lugar de vivência, e essas experiências devem ser levadas em conta no momento da educação, o que não ocorre na maioria das escolas.



Desafios da educação para as mulheres

Atualmente, a presença feminina nas formações educacionais, em todos os níveis, é marcante, porém, nem sempre foi assim. As mulheres ingressaram na escola tardiamente em comparação aos homens, sendo que essa educação era voltada aos cuidados com o lar e a família.

A escola compreende as diferenças, distinções e desigualdades. Na verdade, a escola produz esse tipo de ação. Segundo Louro (2003), a escola exerceu uma ação distintiva, desde seu início, separando quem tinha acesso de quem não tinha. Realizando múltiplos mecanismos de classificação, daquele que era rico ou pobre, e assim foi entre as meninas e os meninos.

Manoel (2008) destaca que apesar da obtenção do direito de ler e escrever, a educação feminina ainda era voltada para currículos tradicionais. Disciplinas como: moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas eram as principais nas escolas femininas. Essa educação não era voltada a formação profissionalizante, como a destinada ao sexo masculino, porém, baseava-se numa maneira de controlar o sexo feminino em volta do universo doméstico e religioso, a fim de dominação disciplinar.

Além das questões educacionais que suleiam a associação, dificultando a vida dessas associadas, compreendidas através da observação participante, essas mulheres sofrem com o patriarcalismo, pois os homens possuem a dominação sobre essas mulheres, as oprimindo como trabalhadoras.

Muitos estudiosos e estudiosas falam sobre o que significa o patriarcado, contudo destacamos neste estudo: Saffioti (1934-2010), Pateman (1940) e Beauvoir (1908-1986). Estas são autoras que escreveram para os movimentos feministas, trouxeram luz aos questionamentos de gênero, divisão sexual do trabalho, violência e patriarcado, estando à frente da sua época e pensamentos, entendendo o contexto histórico feminino e compreendendo um passado esquecido pela sociedade.

O patriarcado é histórico, levou cerca de 2.500 anos para estar completo, persistindo, atualmente, nos valores, costumes, leis e papéis sociais. Segundo Pateman (1993) o patriarcado é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres. A diferença sexual é convertida na

esfera política, passando a se converter ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma expressão do poder político.

O contrato original é um pacto sexual-social entre o homem e a mulher. Um exemplo disso é o casamento. Mesmo assim, muitos teóricos acreditam que há 300 anos o patriarcalismo foi extinguido. Contudo, feministas afirmam o contrário, fazendo campanhas ativistas e mobilização nas esferas políticas. Nenhuma dessas campanhas foi suficiente para persuadir a todos, a não ser uma minoria de ativistas do sexo masculino, afirmando que o direito patriarcal ainda existe, necessitando de estudos e mobilizações políticas eficientes. (Pateman, 1993)

Saffioti (2004) aponta o patriarcado como a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino sob a liberdade feminina. Ainda que o patriarcado tenha se modificado ao longo dos séculos, existem homens matando suas parceiras com requintes de crueldade, ateando-lhes fogo, esfaqueando-as, esquartejando-as, entre outras formas possíveis de violência - em razão da dominação masculina. Para isso, as estudiosas feministas precisam se libertar das ideais patriarcais.

Sobre isso, Saffioti (2004, p.56) assevera que:

[...] Efetivamente, quanto mais avançar a teoria feminista, maiores serão as probabilidades de que suas formuladoras se libertem das categorias patriarcais de pensamento. Ou melhor, quanto mais as(os) feministas se distanciarem do esquema patriarcal de pensamento, melhores serão suas teorias. Colocar o nome da dominação masculina - patriarcado - na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração [...].

Na medida em que estudos feministas foram se distanciando das categorias patriarcais, poderá ser renomeado de patriarcado o regime atual entre homem-mulher. Igualmente abandonarão o alcance do poder paterno e direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. Isso significa que o pai deixará de ser o único no poder familiar, pois o pai tem o direito antes do marido. Porém, a figura forte é a do marido, pois é através dele que o contrato sexual e o direito surgem.

O patriarcado é histórico, sempre demonstrou que os homens detêm todo o poder concreto, e à mulher resta a sujeição e a exploração. Beauvoir (1970, p.179) argumenta,

[...] desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se



contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro [...].

A mulher nunca teve um papel de protagonista na história, sempre esteve ocultada e dependente de um homem e, atualmente, ainda é notória essa falta de protagonismo feminino na sociedade, além de existir uma visão do masculino dominando todo o poder.

Essas mulheres desempenham desde muito jovens as atividades do meio rural, como ajudar nos trabalhos domésticos dentro de casa, capinar a horta e, exclusivamente, são essas mulheres as responsáveis pela transmissão às futuras gerações, sempre associada à figura feminina as atribuições do trabalho doméstico. Com isso, sobra pouco ou nenhum tempo para estudar. Além de a própria família instruir que não é necessária a educação e, sim, o casamento.

Considerações finais

Quando tratamos da educação rural e da educação voltada para as mulheres, é possível observar diversos desafios, especialmente para aquelas que vivem no campo. Essas mulheres enfrentam dificuldades de acesso ao sistema educacional, seja por questões familiares, seja pela ausência de escolas nas áreas rurais, o que compromete a continuidade dos estudos.

A associação conta com 11 mulheres, das quais apenas uma concluiu o ensino médio. As demais não conseguiram completar os estudos, muitas nem chegaram ao ensino médio. A principal justificativa apresentada por elas é o casamento precoce, além do fato de que, quando ainda eram jovens, seus pais as retiraram da escola para trabalharem na agricultura. Esses dados foram obtidos por meio da observação participante.

Por meio dessa técnica — e também pelo fato de eu integrar o grupo, auxiliando em atividades como a colheita do pequi e a produção de pães —, tive acesso às dificuldades enfrentadas pelas associadas. A observação participante, segundo Gil (2002), caracteriza-se pela inserção direta do pesquisador no cotidiano do grupo observado. Nessa abordagem, o pesquisador assume, ao menos parcialmente, o papel de membro do grupo, o que possibilita o conhecimento profundo da realidade estudada, permitindo o registro de informações específicas a

partir de uma perspectiva interna. Trata-se, portanto, de uma atividade de pesquisa orientada pela participação.

A principal dificuldade enfrentada por essas mulheres na associação é a ausência de desenvolvimento educacional. Muitas relatam sentimentos de exclusão e negligência. Além disso, o crescimento da associação depende diretamente do acesso à educação. A falta de capacitação técnica, tanto na produção dos itens quanto na administração da associação, gera obstáculos que limitam o desenvolvimento do grupo.

Há ainda um aspecto simbólico e contraditório nessa realidade: a associação funciona justamente em uma escola desativada pelo município, que hoje serve como sede de trabalho para as associadas. Enquanto isso, crianças e adolescentes da comunidade precisam deslocar-se cerca de 45 quilômetros até outra localidade para estudar. Tal situação evidencia que, embora o direito à educação esteja previsto, ele não é garantido como deveria. As mulheres, inclusive, questionam essa contradição: trabalham no que antes foi uma escola, mas nunca tiveram a oportunidade de estudar em uma.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) de campo. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago., 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 01 de out. 2022.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Cartilha Nacional da Alimentação Escolar*. Brasília, DF, 2014.

BEAUVIOR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BREMM, Cristina. As políticas educacionais de nucleação das escolas rurais/do campo no município de São Paulo das Missões/RS. Artigo apresentado como requisito para a aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II sob a orientação do Prof. Dr. Everton Lazzaretti Piccolotto. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2622/cristina_bremm_tcc2.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 01 ago. 2022.



CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CLAVAL, P. C. C. Geografia Cultural: um balanço. *Geografia*, (Londrina), v. 20, n. 3, p. 005-024, set./dez/ 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/6727236/GEOGRAFIA_CULTURAL_UM_BALANÇO.pdf Acesso em: 29 mai. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERRERA, Karolyna Marin. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *Anais [...]* Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X. Disponível em: www.fg2013.wvc2017.eventosdype.com.br. Acesso em: 20 agosto de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2017. (Resultados preliminares). Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano*. Ministério da Economia, Brasília, 2021.

LEITE, Sérgio Celani. Urbanização do processo escolar rural. 1996. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.1996.22>.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina(1859-1919): uma face do conservadorismo*. Maringá: Eduem, 2008.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Guerra, 1993.

RODRIGUES, Kelly. O conceito de lugar: a aproximação da Geografia com o indivíduo. In: *Anais do XI – ENANPEGE*. A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação, Presidente Prudente (SP), 2015 ISSN 2175-8875. Disponível em: [473.pdf \(enanpege.ggf.br\)](#). Acesso em: 19/08/2022.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva *et al.* Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2017.

SANTOS, Estêvão Luiz Santoro dos. Sabores e saberes do pequi – *caryocar brasiliense cambess.*, (CARYOCARACEAE) - e os valores culturais do Cerrado. 2015, 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) Programa de Pós-graduação Pesquisa e Extensão e Ação Comunitária da Uni Evangélica – Centro Universitário de Anápolis – Goiás, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: uma perspectiva experiencial. *Geograficidade*, v.8, Número 1, Verão, 2018. Disponível em: [Lugar: uma perspectiva](#)



experiential / Place: an experiential perspective | Geograficidade (uff. BR). Acesso em: 19/08/2022.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. New Jersey: DIFEL (Difusão Editorial), 1930.

A study on the AMAFPA Women's Association, in the municipality of Terra Nova do Norte/MT. Country woman challenges

ABSTRACT: The main objective of this article is a study on the Association of Women in Family Agriculture of Portal da Amazônia - AMAFPA and the importance of rural women in their place of living and as well as access to education. This association is located in the former headquarters of the São Pedro Municipal School, in the rural area of the municipality of Terra Nova do Norte-MT. The associates' main source of income is extracting Pequi from Amazon and selling it. Education is part of this article due to the problem of most of these women not even having completed high school, demonstrating that for rural women, education has often been neglected, whether due to family issues or public policies, in addition to family violence, very present in rural areas. The methodological structure of this work is based on bibliographic analysis and empirical activity with participant observation, essential steps that make it possible to reach the expected results of the research.

KEYWORDS: Women. Field education. Association.

Ana Claudia Taube Matiello,
Universidade do estado de Mato Grosso
<https://orcid.org/0000-0001-8316-8455>

Recebido em: 07/10/2025

Aprovado em: 30/11/2025